

Interfaces entre a análise da realidade brasileira, programa e concepção de partido/organização na prática e teoria de Carlos Marighella: a estratégia da revolução brasileira

Yang Borges Chung¹

Milton Pinheiro²

Introdução

Este trabalho tem como objeto as interfaces entre a análise da realidade brasileira, programa e concepção de partido/organização na prática e teoria do dirigente comunista Carlos Marighella. Portanto, a evolução da sua estratégia para a revolução brasileira. Particularmente, entre o período que corresponde ao ano de 1950, até o final de 1969, quando a ditadura burgo-militar assassina o dirigente e líder comunista Carlos Marighella.³ A escolha do recorte temporal deste trabalho, se inicia quando o PCB publica o documento “Manifesto de Agosto de 1950”, análise a respeito da realidade brasileira e tática política para o período do governo de Getúlio Vargas. Naquele momento, o mesmo dirigia um bloco histórico e de poder em aliança com frações da burguesia brasileira e com importantes segmentos dos trabalhadores, a fim de fazer prevalecer um projeto baseado na construção e competitividade de grandes empresas estatais no cenário mundial do capitalismo no período da Guerra Fria. Nesta segunda fase da sua vida na política brasileira, contribuiu para a melhoria das condições de vida dos que vivem do trabalho e possibilitou a estes alguns dos seus direitos fundamentais. Mas isto se deu em virtude das lutas de contestação política e social das forças populares e da esquerda brasileira ao longo da história, também em particular, do século XX.⁴ Os anos seguintes na política brasileira dos sucessivos governos foram de disputas entre as frações da burguesia imperialista e brasileira. De predominância da hegemonia imperialista, quando os rumos da política interna e institucional levaram a um cenário de instabilidade e luta entre as forças políticas antagônicas naquele período.⁵ A análise que o PCB fazia da realidade brasileira naquele cenário e a sua tática política, levaram Carlos Marighella a romper com aquele operador político no qual havia lutado durante décadas. Aquela conjuntura marcou, na verdade, uma ruptura de grande parte da esquerda brasileira

¹ Yang Borges Chung é Professor de Sociologia do IF Baiano. É Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) e especialista em História Social e Educação pela Universidade Católica do Salvador (Ucsal).

² Milton Pinheiro é cientista político, professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), pesquisador de História Política na USP e autor/organizador de vários livros, entre eles, *Ditadura o que resta da transição* (São Paulo, Boitempo, 2014).

³ PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton et. al. *Ditadura: o que resta da transição*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 15. Neste trabalho, encontra-se o conceito de ditadura burgo-militar.

⁴ PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Fonte para compreensão do conceito de bloco histórico.

⁵ TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

com o PCB. As condições históricas do golpe de 1964 e o que Marighella considerava como insuficiências práticas e teóricas do partido, o fizeram apostar em um novo modelo de organização política e militar, afim de levar adiante uma nova tática para a estratégia da revolução brasileira.

Sobre as questões que levantamos neste texto

A partir da análise histórica e teórica, este trabalho estabelece como problemáticas as seguintes questões: quais as interfaces entre a realidade brasileira, programa e a concepção de partido/organização na prática e teoria de Carlos Marighella? De que maneira se processou a evolução política da sua estratégia para a revolução brasileira? Portanto, não dissocia-se as transformações históricas do período, inclusive, da política do PCB, quando no final da década publica a “Declaração de Março de 1958”. Documento elaborado por aquele operador político durante o governo de Juscelino Kubitschek. Tal política terá desdobramentos nos anos seguintes e serão elementos importantes que, possivelmente, ajudem a compreender a tática do PCB no cenário de instabilidade da hegemonia burguesia na conjuntura do pré-golpe e do seu desfecho burgo-militar em 1964. Assim como nos anos seguintes de recrudescimento da violência política e institucional que levarão uma parte da esquerda brasileira a apostar no caminho da luta armada como meio para derrubada daquele regime ditatorial e criação das condições subjetivas da revolução brasileira.

Essa evolução processual da sua práxis e estratégia para a revolução brasileira, já se inicia a partir dos anos de 1950, ainda que pontualmente. quando foi um dos dirigentes do PCB que esteve à frente da atuação deste operador político nas lutas do movimento sindical deste período, inclusive atuando para a organização do movimento que resultou na Greve dos 300.000 em São Paulo no ano de 1953. Na mesma década, participou da campanha “O Petróleo é Nosso”. Naquele momento, Marighella ainda não criticava a linha política geral do PCB e a sua estratégia para a revolução brasileira, embora nas lutas do movimento sindical já começasse a discordar da sua concepção e prática. Ele acreditava que o partido deveria ter uma ação sindical para além de desenvolver lutas, estimulá-las e não aplacá-las, sendo necessário no decorrer das mesmas formar mais militantes e prepará-los para assumir a direção dos sindicatos. E esta política neste âmbito foi aplicada no movimento de massas, sob a orientação também de Marighella, independentemente da diretiva do Comitê Central do partido.⁶ O reconhecimento da referência política de Marighella em São Paulo e a possibilidade de crescer ainda mais forte no Estado que era o coração do partido, fez o PCB o mandar para China entre 1953 e 1954.⁷

⁶ NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Genealogias, transversalidades e rupturas de Carlos Marighella. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella. O homem por trás do mito*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número 1 da ditadura militar*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁷ JOSÉ, op.cit. MAGALHÃES, op.cit.

Acontecimentos importantes da vida política do PCB para a ruptura de Marighella

Após a renúncia de Jânio Quadros, durante a IV Conferência Nacional do PCB, realizada em dezembro de 1962, que debateu as questões organizativas daquele operador político, as preocupações de Marighella com o culto a Prestes aumentaram. Entretanto, naquele momento, muitos dos principais dirigentes do Comitê Central ficaram com a liderança do partido e a partir dali diversas atribuições de Marighella neste e na sua Executiva se esvaziaram. Durante os meses que antecederam o VI Congresso circulou entre agosto 1966 e maio de 1967 a Tribuna de Debates com as contribuições dos quadros do partido. Antes da realização do VI Congresso, Marighella demitiu-se da sua Executiva e foi reconduzido ao comando em São Paulo, obtendo sete dos oito delegados ao VI Congresso.⁸ Mas foi destituído pela cúpula partidária por meio de uma junta interventora. A maioria foi obtida pelo Comitê Central, através de expulsões e intimidações. Marighella não foi o único que questionou as teses daquele operador político, outros nomes importantes de quadros históricos do partido, a exemplo de Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves e Jacob Gorender tiveram contribuição neste processo.

O imperialismo e a burguesia brasileira conhecem a importância estratégica de um país continental como o Brasil na geopolítica mundial, nas relações entre o centro capitalista e a periferia dependente e os temores que representavam para os interesses da política estadunidense e de frações da burguesia brasileira as reformas de base propostas pelo governo de João Goulart. Temores também de que se repetisse no Brasil a experiência de uma revolução, tal como em Cuba no ano 1959, liderada por Fidel Castro e proclamada como uma revolução socialista em 1961

O exemplo da Revolução Cubana de 1959

A práxis revolucionária de Fidel Castro e Che Guevara passou a representar um ideário anticapitalista e Socialista de luta para os povos da América Latina a partir do seu exemplo. A Revolução Cubana teve profundo impacto, pois além de representar possibilidade concreta de eclosão e vitória de uma revolução Socialista em um país periférico, dependente e subdesenvolvido, resultado de todas vicissitudes do processo histórico colonial, figurava a poucos quilômetros de distância dos EUA. Cuba representava uma referência e símbolo de luta e vitória de uma revolução socialista na América Latina e no mundo subdesenvolvido. A sua experiência histórica revolucionária e a do Vietnã influenciaram a prática e teoria de Marighella. A política do Governo de Cuba nos anos de 1960 e 1970 de contribuir para a criação das condições subjetivas da luta revolucionária dos países latino-americanos a partir da guerra de guerrilhas preocupava os interesses da política

⁸ Para a Tribuna de Debates ao VI Congresso Marighella escreveu os artigos “Luta Interna e Dialética” e “Ecletismo e marxismo”. MAGALHÃES, *ibidem*.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira. “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”: a Ação Libertadora Nacional. In: SALES, Jean Rodrigues. *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

estadunidense para a América Latina. E o Brasil era um país vital na geopolítica mundial, ainda mais no período da Guerra Fria.

Aquela revolução teve influência, inclusive, no que diz respeito à possibilidade de êxito de um modelo de organização política e militar criar as condições subjetivas e potencializar dentro de determinadas circunstâncias históricas objetivas a tomada pelo poder e consolidação de um regime Socialista. O modelo de organização que orientou a direção do movimento 26 de Julho, durante o período que se inicia após a tentativa de tomada insurrecional do quartel Moncada em 1953, posterior início da guerra de guerrilhas deflagrada na Sierra Maestra, até os primeiros anos da vitória e consolidação da Revolução Cubana, não foge às características fundamentais do modelo de uma organização marxista e leninista. Em termos gerais, uma organização com quadros profissionais e disciplinados, dedicados e centralizados nas tarefas de agitação, propaganda e elaboração de um programa para a revolução. Dedicados também no fortalecimento das organizações dos operários, nas suas lutas políticas e econômicas, mas dando um sentido programático geral e partidário para as suas lutas e criando as condições para dirigir o processo revolucionário, tomar o poder e construir o socialismo. Ainda que o Movimento 26 de Julho não fosse um partido em termos clássicos, possuía direção centralizada em termos políticos e militares e um programa bem definido de luta pela sua soberania nacional, anti-imperialista, anti-monopolista, anti-latifundiário e mesmo socialista.⁹

Após ativa militância política vivida por Carlos Marighella durante trinta e seis anos no PCB, se processará uma inflexão política da sua concepção de partido/organização nos seus fundamentos. Suas críticas terão ponto culminante com a sua ida a OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), carta dirigida a sua Executiva, sua posterior expulsão do partido e fundação da Ação Libertadora Nacional (ALN). Na sua prática e teoria, práxis dirigente de décadas de luta, percorreram um caminho de dinamicidade e compreensão dialética dos condicionantes econômicos impostos pelas classes dominantes e da conjuntura do golpe de 1964 que instalou uma ditadura.¹⁰

O Manifesto de Agosto de 1950 e a Declaração de Março de 1958

No início da década o PCB publica o documento *Manifesto de Agosto de 1950*, no qual fez duras críticas ao Governo de Getúlio Vargas e defendeu que o partido organizasse as massas, a fim de criar as condições subjetivas da luta radicalizada e derrubada daquele Governo em uma conjuntura na qual inexistia condições objetivas e subjetivas para isto, o tornava muito inverossímil tal tipo de intento. Redigida e publicada oito anos depois, *A Declaração de Março de 1958* do PCB, significou uma nova orientação política do partido. Foi uma nova tática frente aos desafios presentes na realidade brasileira daquele período sob um prisma mais

⁹ FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

¹⁰ A respeito da trajetória política de Marighella e a sua ruptura com o PCB, ver Prefácio e Introdução da referência que segue. PINHEIRO, Milton; FERREIRA, Muniz (orgs.). *Escritos de Marighella no PCB*. São Paulo: ICB; Rio de Janeiro: FDR, 2013.

reformista e, em certa medida, alheia quanto à necessidade de criar melhores condições subjetivas de luta política para os trabalhadores, frente ao avanço dos interesses do imperialismo e das frações da burguesia nacional mais vinculadas organicamente aos interesses estadunidenses. Entretanto, embora sejam expressões de táticas diferentes para as conjunturas políticas em questão e os dois documentos citados que parecem evidenciar caminhos diferentes expressam a mesma estratégia do PCB de conciliação de classes.¹¹

Ainda a respeito da Declaração de Março de 1958, pode-se afirmar que ali está presente uma concepção etapista para a revolução brasileira. Nesta leitura da realidade, compreendia-se que era a superação do imperialismo deveria ocorrer por meio de uma etapa anti-feudal, anti-latifundiária e anti-imperialista.¹²

O V Congresso do PCB, realizado em 1960, já evidenciará dois campos divergentes, no que tange à tática política e que após debate trará com consequência a exclusão de alguns dirigentes antigos do Comitê Central, entre eles, Diógenes de Arruda Câmara, Maurício Grabois e João Amazonas. Marighella continuará na direção, embora a partir deste momento comece a acentuar-se a sua discordância e crítica no caráter vacilante e dúbio da burguesia nacional, posição também compartilhada por Jacob Gorender, Mário Alves e vários outros. Esta percepção se aprofundará em meados dos anos de 1960 até a sua ruptura com o partido.¹³

A resistência de Carlos Marighella contra a ditadura

Perseguido pela ditadura, após o golpe de 1964, os dirigentes do PCB entram mais uma vez pela clandestinidade e pelo “mundo subterrâneo” da luta pela liberdade. Marighella e Clara Charf (a sua companheira), terão que sair às pressas do apartamento em que viviam no Rio. A polícia havia entrado pelo elevador, enquanto fugiam pelas escadas.¹⁴ Em breve, Marighella entraria em contato com a sua funcionária para buscar correspondência e algumas peças de roupa que não tivera tempo para reunir. Ao observar que agentes das forças de repressão o seguiam, entra no cinema Esky-Tijuca, quando é abordado com voz de prisão, resiste e denuncia de maneira emblemática as arbitrariedades da ditadura militar imposta a partir do golpe de 1964. Os tiros que leva no cinema e agressões físicas às quais revida bravamente ocorrem em plena sessão infantil na matinê. Marighella será levado preso, sendo solto após pedido de *habeas corpus*, emitido pelo advogado Sobral Pinto. Ele percorrerá jornais denunciando a arbitrariedade que sofreu e esta experiência constituirá em uma importante fonte empírica e formadora para suas ações e elaborações teóricas posteriores.

¹¹ PRESTES, Anita Leocádia. Duas táticas e uma mesma estratégia. Do ‘Manifesto de Agosto de 1950’ à ‘Declaração de Março’ de 1958. 2013. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta12/5195/>. Acessado em: 28 de novembro de 2019.

¹² JOSÉ, op. cit.

¹³ Idem, ibidem

¹⁴ FERRAZ, Isa Grinspum. Marighella [Filme,vídeo]. Produção de Tc Filmes Texto e Imagem, direção de Leandro Lima. São Paulo, DVD/NTSC, 100min. color. Son.,2011.

O trabalho *Por que resisti à prisão* é uma contribuição a respeito da conjuntura brasileira, do debate a respeito dos caminhos da revolução brasileira e de crítica à direção do PCB e da sua liderança, quanto à tática política do partido para aquele período. Documento esse que será distribuído para a militância do mesmo e que contribuirá para a evolução da discordância que posteriormente culmina com a ruptura de Marighella.¹⁵ Discute os interesses do imperialismo e da política estadunidense nos anos de 1960 e o seu conluio com a burguesia brasileira. Suas formulações evoluirão. Importante trabalho neste sentido foi o texto, *A Crise Brasileira*, no qual Marighella traz importantes elementos para compreensão da conjuntura política, a partir de uma teia de argumentos a respeito das particularidades econômicas, políticas e culturais da realidade brasileira. Da movimentação das classes dominantes e mesmo das Forças Armadas a partir da política posta naquele cenário histórico.¹⁶ Seu texto, ao mesmo tempo que discorria sobre programa e a economia posta em prática pela ditadura militar, avaliava as condições históricas e aquilo que considerava virtualidades concretas para as lutas das classes subalternas. Assim, de maneira totalizante, compreendia o programa e política econômica posto em prática pela ditadura em constante processo de retroalimentação ao recrudescimento da violência política e institucional perpetrado no período no qual foi marcado por todo tipo de arbitrariedades.

Antes mesmo do golpe de 1964, durante a vigência de uma democracia instável, a inflação prosseguia, os trustes norte-americanos do imperialismo mandavam e o latifúndio das classes dominantes relegava à ignorância milhões de trabalhadores que sequer podiam votar. Era um modelo de “democracia” no qual as classes dominantes tentavam impossibilitar mudanças na estrutura econômica da realidade brasileira. Embora Marighella reconhecesse que em uma revolução a questão do poder seja fundamental, a mesma não se traduz na substituição de homens que ocupam os seus postos de comando por outros nos aparelhos de Estado, pois o problema é saber que novas classes chegaram ao poder e se derrubam aquelas velhas classes ou o que o seu projeto político representam:

Já que pari passu com o problema da passagem de novas classes ao poder, surge a questão de saber qual o novo sistema de propriedade estabelecido. Que classes passam a ser proprietárias daí por diante? Quem passa a ser dono dos meios de produção? Que nova estrutura econômica e social será estabelecida? Que superestrutura passa a ser levantada ou entra em vigor? Que novas instituições políticas, jurídicas e sociais entram em ação? Sem isto, que são coisas elementares, não há revolução.¹⁷

No texto, *A crise brasileira*, escrito no ano seguinte, Marighella caracterizou a conjuntura política brasileira como em um momento de crise da sua estrutura com

¹⁵ MAGALHÃES, *ibidem*.

¹⁶ FILGUEIRAS, Otto. *Revolucionários sem rosto: Uma história da Ação Popular*. São Paulo: ICP, 2014. NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1987; TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

¹⁷ MARIGHELLA, op. cit, 1979, p. 107.

todos os seus aspectos decorrentes. Na sua compreensão, as condições exigidas para o progresso e desenvolvimento constituíam em um obstáculo ao avanço das forças produtivas em virtude da ação do imperialismo na sociedade brasileira e crise da economia capitalista. A situação brasileira também era reflexo das condições estruturais do capitalismo. Isto:

se torna evidente pelo domínio do imperialismo norte-americano sobre a propriedade e a economia brasileira, pela predominância ou monopólio da propriedade territorial latifundiária, pelo desajuste na apropriação dos frutos do trabalho, pela desproporcional distribuição dos bens materiais, acentuando a acumulação das riquezas em mãos de uns poucos privilegiados, enquanto milhões de brasileiros vegetam, reduzidos à mais rasa miséria.

Nessas relações de produção configura-se, assim, um quadro onde verdadeiros pontos de corrosão ameaçam fazer ruir a estrutura econômica. Oriunda da base econômica que a sustenta e à qual está intimamente ligada, a atual superestrutura da sociedade brasileira padece de muitos males. Os pontos de corrosão da base econômica não cessam de atuar sobre essa superestrutura, também em crise, e asperamente minada pelas contradições, antagonismos e conflitos que a sacodem.¹⁸

E seguiu a sua linha de argumentação, identificando elementos que considerou centrais para o atraso do desenvolvimento econômico da realidade brasileira e da sua condição periférica em que se encontrava comparado aos países do centro da economia capitalista. Enquanto o capitalismo brasileiro desenvolvia de maneira mais pujante a sua estrutura econômica a partir do momento que implantou a sua indústria siderúrgica, do petróleo e da energia elétrica, o centro da economia capitalista que já estava na sua fase imperialista. Portanto, se o Brasil não conseguiu alcançar os países altamente desenvolvidos, a exemplo dos EUA, os países subdesenvolvidos não poderiam seguir a trajetória clássica daqueles que se elevaram ao capitalismo por meio da revolução industrial. Pelo fato de não ter tido condições de impulsionar o seu desenvolvimento industrial por meio das empresas privadas e de já ter encontrado as condições essenciais do capitalismo contemporâneo. A burguesia brasileira teve que buscar no Estado o seu promotor para criação das condições de desenvolvimento da indústria básica interna. Esta originalidade dos processos histórico e econômico brasileiros ocasionou o aparecimento de contradições mais profundas em seu processo de agravamento da crise econômica.¹⁹

18 Idem, p. 55.

19 A relação entre o centro e a periferia do sistema capitalista é analisada por Marighella no trabalho *A crise brasileira*, disponível em alguns trabalhos. Escritos de Carlos Marighella. Editorial Livramento, 1979. PINHEIRO; FERREIRA, op.cit. Uma compreensão mais totalizante a respeito da relação entre o centro e a periferia, nos anos de 1960 e 1970, está nas obras de autores da teoria marxista da dependência. MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013; PÉRICAS, Luiz Bernardo (org). *Caminhos da revolução brasileira*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Além do trabalho *A Crise Brasileira*, no citado livro de Péricas, constam escritos de diversas contribuições de autores brasileiros que analisam o tema da revolução brasileira.

Elementos da concepção de Marighella na sua prática e teoria

Também no texto *Por que resisti à prisão*, além de denunciar e descrever em detalhes as arbitrariedades da polícia e do regime militar, após o golpe de 1964, Marighella defendeu a luta contra a ditadura como o elemento central da ação dos comunistas e de outras forças políticas, por meio de uma frente única de combate à mesma, com a participação da burguesia nacional e da pequena burguesia, dos operários e camponeses, e de quaisquer setores das classes proprietárias que se opusessem à ditadura, sem excluir a participação de nenhum partido, alas e agrupamentos.²⁰

Ele dava importância a uma concepção nacional democrática com ampla participação das forças populares e nacionais, em especial:

da aliança da pequena-burguesia urbana e rural, cabeça de ponte do fortalecimento e expansão da aliança de operários e camponeses.

É preciso trabalhar intensamente no campo, com as massas rurais- o calcanhar de Aquiles da revolução brasileira- e, por toda a parte-dedicar atenção aos problemas da pequena burguesia.

O futuro próximo do país, em essência, está em saber para que lado inclinará a pequena burguesia. E nada será conseguido no sentido de avanço das forças populares e nacionalistas se a pequena burguesia não se decidir pela justiça da posição em que se coloca o proletariado.²¹

Entretanto, frisa no mesmo texto anteriormente citado que a importância do trabalho de base e da não ilusão quanto à liderança da burguesia neste processo, a necessidade do caráter agressivo e firme da luta pelas forças populares e nacionais, mesmo que considere impossível a não aliança com a burguesia brasileira. Também afirma que as forças populares e nacionalistas resistiram ao golpe e não capitularam diante do mesmo, embora tenham sido derrotadas em virtude da capitulação de setores burgueses que tinham meios de resistir, mas, por medo da ascensão das esquerdas ao poder, recuaram historicamente.²²

Em seguida, traz uma lista extensa de categorias e setores da sociedade que resistiam ao golpe de 1964. Desde o seu início, os golpistas cometiam uma série de arbitrariedades, inclusive, praticando a tortura nos seus porões. Marighella denunciou a responsabilidade da ditadura em desencadear ações baseadas na violência e dos militares acusarem a esquerda pela iniciativa e responsabilidade dos embates naquele período. Observava como iminente o aparecimento da luta armada por meio da guerra de guerrilhas e outras formas de luta advindas das massas. E sinalizou que aquela luta deveria ser sustentada com a formação de uma frente única. A vitória das forças revolucionárias e progressistas poderia demorar, mas alcançaria o seu objetivo

²⁰ MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²¹ MARIGHELLA, op. cit. p. 36.

²² Idem. A questão da burguesia nacional foi muito discutida por Marighella nos seus trabalhos e por outros dirigentes intelectuais. Uma das análises mais consistentes a este respeito é a obra *A revolução brasileira*.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

imediatamente de derrubar a ditadura, a partir de uma luta revolucionária: de massas extensas e profundas.

E buscou inspiração nos exemplos como os de Cuba e do Vietnã para sua elaboração estratégica a respeito da revolução brasileira. Também falou em “revolução nacional” e no “progresso social”, definindo as eleições como termômetro social para as classes dominantes utilizarem o emprego da violência, do estado de sítio e golpe, quando achasse necessário. Com o objetivo de garantir os seus interesses e impedir um projeto que defendesse os interesses das massas por meios constitucionais e legais. Sem que o povo organizasse a sua própria força por meio da ação e insurreição armada, confiando na burguesia, seria impossível a libertação do povo. E afirmou que não existiam modelos prontos, já que:

a lição da experiência de Cuba não está em localizar as nossas “sierras maestras” ou em produzir cópias de situações, mas em saber apreciar a validade das teses táticas e princípios revolucionários postos em ação para decidir a vitória de um povo como o cubano. Teses, táticas e princípios que sempre assumem características próprias, quando aplicadas à realidade concreta deste ou daquele país da América Latina. E não será difícil vir a compreender as razões da vitória do povo cubano e do acerto da posição de Fidel Castro e seus companheiros.

O futuro do Brasil pertence ao Socialismo. Então as fontes de riquezas serão estatizadas e novas relações de produção entrarão em harmonia com as forças produtivas. E será eliminada a farsa de uma liberdade que as elites têm plena expansão e para as massas apenas o significado de um mito.

As forças populares e nacionalistas constituem hoje, na medida da intensidade e consequência de sua ação contra a ditadura, o grande ponto de apoio para este desejado futuro. E dentro das forças populares e nacionalistas, os comunistas, com o seu partido, que deve ser unido, combativo, revolucionário, preparado política e ideologicamente para enfrentar as situações.²³

Não mais um partido. Sobre a ALN

A organização política militar Ação Libertadora Nacional (ALN), foi resultado das discordâncias e lutas políticas no interior do Comitê Central do PCB que se manifestaram de maneira mais virulenta, a partir do seu V Congresso e da sua IV Conferência. Marighella a partir da sua referência enquanto liderança conquistada após décadas de luta e presença nas lutas do movimento sindical e popular, evoluiu na sua compreensão a respeito da conjuntura e da conquista do Estado pela ditadura para uma defesa de luta contra a ditadura a partir da opção da luta armada. Assim, processualmente se constituiu uma ruptura dele com a leitura predominante da direção do PCB e da sua principal liderança a respeito da conjuntura e tática política daquele operador político para aquele momento. Grande parte da maioria da militância do partido em São Paulo dará origem ao Agrupamento Comunista de São Paulo.

²³ MARIGHELLA, op. cit., 1979, p. 39.

A espinha dorsal da ALN foram os seus quadros e militância de São Paulo. Uma nova geração de jovens formou aquela organização que teve o maior contingente de militantes durante o período da luta armada no Brasil e desenvolveu também o maior número de ações urbanas na luta contra a ditadura. O nome da sigla é uma homenagem à Aliança Nacional Libertadora (ANL), Frente para além do PCB, na luta contra o fascismo, durante a década de 1930.²⁴

Após décadas de militância seguindo uma linha política reformista, Marighella adotará uma concepção de organização horizontal e não mais vertical. Uma organização que primava pela ação como método para forjar a sua vanguarda.

Formada por Grupos Táticos Armados (GTAS), os quais deveriam desenvolver ações armadas de guerrilha no meio urbano como assaltos a bancos e outros locais como meio de angariar os fundos para a criação da infraestrutura e logística necessária para deflagrar a guerra de guerrilhas no meio rural. Além destes grupos, existiam os Grupos que cuidavam da infraestrutura e apoio logístico para estas ações. A ALN em ação conjunta com a MR-8, realizou o sequestro do embaixador dos EUA no Brasil, exigindo em troca da libertação deste a soltura de quinze militantes de organizações guerrilheiras que padeciam nos porões da ditadura. Esta exigência foi feita por meio da leitura de um Manifesto público redigido pelas duas organizações e lido em rede de televisão nacional por meios de comunicação, no qual se denunciou os crimes que eram praticados pela ditadura, se fez a propaganda das ações daqueles que lutavam contra a mesma e se explicou os objetivos de ações como aquela que resultou no sequestro do embaixador estadunidense. Aquilo inspirou a esquerda mundial dos anos de 1960 e 1970.

A tática foi desenvolver ações de combate da guerrilha urbana e contestação armada à ditadura, propaganda e publicidade destas ações. Criar meios para denunciar o regime e divulgar as ações da guerrilha e os seus reais motivos da esquerda armada ter desencadeado aquela luta. Mesmo diante do cerco de uma ditadura que censurava. Era imperioso o lema “A ação faz a vanguarda”. Compreendia a luta urbana como meio tático para criar as condições de uma luta estratégica que se desenvolveria no meio rural. As ações urbanas, além de meio para angariar os fundos necessários para a sobrevivência da organização e criar as bases logísticas das ações armadas, também seriam um local de propaganda da organização e denúncia das atrocidades cometidas nos porões da ditadura pelos agentes do Estado.

Nas ações da guerrilha urbana se formariam as condições por meio da prática, ao mesmo tempo que outros militantes viajavam a Cuba para treinamento militar em Guerra de Guerrilhas, afim de retornar para o país em melhores condições

²⁴ Merece melhor estudo e análise se a ALN defendia uma revolução etapista, ainda sob influência da concepção advinda do PCB. Nos seus escritos da conjuntura do golpe de 1964, particularmente nos trabalhos *Por que resisti à prisão* e *A crise brasileira*, Marighella defendia a luta por meio da guerra de guerrilhas apoiada em uma Frente Ampla e etapa de uma revolução de caráter nacional e anti-imperialista. Naquele momento, defendia uma aliança entre pequena burguesia, operários e camponeses, mas com participação da burguesia nacional. Diferente de outros trabalhos posteriores, quando já havia ocorrido a ruptura do Agrupamento Comunista de São Paulo e formação da Ação Libertadora Nacional, quando não mais defende formação de uma Frente Ampla. Esta questão merece ser melhor analisada em outro momento.

de formar as futuras colunas guerrilheiras no campo. Estas colunas serão o embrião daquilo que na compreensão de Marighella formaria no futuro um Exército de Libertação Nacional no campo. A ALN estudava possíveis áreas propícias para este fim e as ações da guerrilha urbana eram táticas para criar as condições subjetivas para este objetivo estratégico. Embora defendesse a ação como pressuposto para a formação e legitimidade de uma vanguarda, Marighella acreditava que o processo histórico da luta faria surgir uma direção para o movimento revolucionário no Brasil no momento mais propício. A mesma deveria levar adiante a tarefa de derrubar a ditadura, construir a revolução brasileira e o Socialismo.

Conclusão

Ainda que não seja o objeto deste artigo, é importante tecer algumas considerações a respeito da luta armada no Brasil e do método da Guerra de Guerrilhas, no intuito de levantarmos algumas questões que possam problematizar a ALN enquanto organização política e militar revolucionária e a práxis de Carlos Marighella à luz da historiografia.

A primeira questão que se considera importante é não simplificar outras experiências revolucionárias, a exemplo do modelo cubano. As particularidades da sua formação social, das suas lutas pela independência nacional e o seu caráter anti-imperialista, pelo menos, já desde o século passado. Assim como as condições objetivas de opressão que o povo cubano vivia e as lutas das gerações daquele país permitiram criar as condições subjetivas para a tentativa de derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista e posterior formação do movimento 26 de Julho, fortemente arraigado no movimento estudantil, operário e em parte da pequena burguesia cubana. Que se imiscuiu junto ao campesinato na Sierra Maestra, no substrato real das suas condições de vida do povo e buscou uma real inserção intelectual da vanguarda do seu movimento, sendo capaz de explicar os motivos e objetivos da guerrilha por meio de uma profunda fusão entre vanguarda e povo. Levando, até às últimas consequências, aquela luta até a vitória por meio de forte apoio popular. O próprio povo no decorrer do processo se constituiu enquanto vanguarda, inclusive, formando os seus próprios quadros dirigentes, já desde os tempos da Sierra, o que fez cair por terra as afirmações de que aquela experiência havia sido de um movimento foquista, conforme afirmado pelo militante e teórico francês Regis Debray.²⁵

A experiência brasileira se inspirou nas experiências vitoriosas produzidas pelo mundo, a exemplo do modelo chinês, do Vietnã e, por último, na vitoriosa Revolução Cubana, a poucos quilômetros de distância dos EUA e que influenciou toda a esquerda latino-americana.

²⁵ GUEVARA DE LA SERNA, Ernesto. *Sierra Maestra: Da guerrilha ao poder*. Passagens da guerra revolucionária. 1 ed. São Paulo: Edições Populares, 1981; FERNANDES, op. cit., HARNECKER, Marta. *Fidel: A estratégia política da vitória*. São Paulo: Expressão Popular, 2008; LOWY, Michel. *O pensamento de Che Guevara*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999; RAMONET, Ignacio. *Fidel Castro: biografia a duas vozes*. São Paulo, Boitempo, 2009.

Possivelmente, pode-se afirmar que a ausência de uma análise mais apurada da direção e liderança do maior partido da esquerda latino-americana (o PCB), na conjuntura política que antecedeu ao golpe de 1964, resultou em melhores condições para as classes dominantes conseguirem neutralizar qualquer reação advinda das forças políticas da esquerda revolucionária ou progressistas naquelas circunstâncias. Ou mesmo, que décadas de uma linha política reformista representaram profundo desacumulo para aquele organismo estar em melhores condições de liderar uma reação de contestação ou de uma ação revolucionária daquele operador político no movimento de massas que tivesse sido capaz de criar as condições de resistência para a derrubada da ditadura e luta pelo Socialismo no Brasil. Por outro lado, isto representou um campo aberto para rupturas e escolhas de diferentes métodos, a exemplo de quadros experientes como Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Esta trajetória e experiência política deles e de outros nomes importantes da esquerda brasileira pode ter pesado para a adesão daquela jovem geração em apostar naquele caminho.²⁶

Outros fatores são muito discutidos pela literatura a respeito do tema. A importância estratégica do Brasil para os interesses estadunidenses, a complexidade de uma Sociedade Civil extremamente robusta como a brasileira e do aparato repressivo do Estado brasileiro traria muitas dificuldades para uma reedição no Brasil do que ocorreu em Cuba. A ausência de um trabalho paciente e sistemático junto às massas teria contribuído para o esmagamento da ALN em uma fase de luta tática nas cidades.²⁷ Para não falar do possível questionamento de constituição desta etapa como momento inicial da guerrilha, já que para Marighella, a luta nas cidades significava o cerco das forças repressivas no litoral, onde o Estado brasileiro era mais forte e a guerrilha mais fraca. Pelos motivos expostos e à luz da historiografia, a ALN seria o exemplo de uma organização militarista ou vanguardista que não primou pelo trabalho paciente de massas e que prescindiu do partido como organização fundamental para constituição de uma força guerrilheira armada revolucionária centralizada?²⁸ O fato é que apenas durante as últimas três décadas a historiografia passou a se debruçar a respeito da temática.

Artigo recebido em 31.8.2019

Aprovado em 11.10.2019

²⁶ SILVA JÚNIOR, op. cit.

²⁷ GORENDER, op. cit. JOSÉ, op. cit. MAGALHÃES, op. cit.

²⁸ FERNANDES, Florestan. *A contestação necessária*. Retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. SACCHETTA, Vladimir (org.). São Paulo: Editora Ática, 1995.